

 Daniela Bicalho¹ Tácio de Mendonça Lima²

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Nutrição. São Paulo, SP, Brasil.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Faculdade de Farmácia, Departamento de Ciências Farmacêuticas. Seropédica, RJ, Brasil.

Correspondência

Daniela Bicalho
bicalhodaniela@gmail.com

O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação durante a pandemia da Covid-19

The National School Feeding Program as a guarantee of the right to food during the Covid-19 pandemic

Resumo

Introdução: A medida fundamental de isolamento social tomada pelas autoridades sanitárias internacionais para conter o avanço da pandemia de Covid-19 traz consequências no campo econômico e social. Dentre elas se destaca o aumento da miséria e da fome, comprometendo a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Dentre programas existentes na agenda pública como forma de amenizar as consequências da fome, resalta-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Objetivo:** Este trabalho busca problematizar, por meio de reflexões críticas, a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar na garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes brasileiros no período da pandemia da Covid-19. **Resultado:** Um debate crítico sobre o direito em questão foi apresentado, ressaltando a análise da alimentação escolar como um potencial para manutenção da segurança alimentar dos milhares de estudantes beneficiários. No contexto da pandemia, o programa de alimentação escolar apresenta mudanças na sua legislação como resposta às adaptações na sua operacionalização. **Conclusão:** Reforça-se a importância da sociedade civil organizada em defesa das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, em especial no apoio do programa de alimentação escolar, bem como no papel do Estado como protagonista do combate à fome e da redução da miséria no país, assumindo o fortalecimento das políticas sociais existentes.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Programas e políticas de nutrição e alimentação. Segurança alimentar e nutricional. Pandemias. Infecções por coronavírus.

Abstract

Introduction: The social distancing measures adopted by international health authorities to stop the progress of the COVID-19 pandemic has consequences for the economic and social field. Among them, there is an increase or increase in poverty and hunger, compromising the guarantee of food and nutritional security. Other programs exist on public agenda as a way to mitigate the consequences of hunger, except the National School Meals Program. **Objective:** This research work problematizes, through critical reflections, a contribution from the National School Feeding Program with guaranteed food and nutritional security for Brazilian students in the pandemic period of COVID-19. **Result:** A critical debate on the right to food in the COVID-19 pandemic period was presented, emphasizing the analysis of school feeding to keep food security of thousands of beneficiary students. In the context of the pandemic, the National School Feeding Program presents changes in their legislation in order to adjust their operational form. **Conclusion:** Reinforce the importance of organized civil

society in defense of public policies of the food and nutrition security, especially in the support of the school feeding program, as well as in the role of the State as a protagonist in the fight against hunger and in the reduction of poverty in the country, assuming strengthening existing social policies.

Keywords: School Feeding. Nutrition Programs and Policies. Food and Nutrition Security. Pandemics. Coronavirus Infections.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo coronavírus, também denominado SARS-CoV-2, está marcando a história sanitária mundial. O alcance dessa doença, até o dia 7 outubro de 2020, foi de 35.659.007 infectados e 1.044.269 mortos. No Brasil, até essa data, havia 4.969.141 casos confirmados, com 147.494 mortes, sendo São Paulo o estado com maior número de casos e óbitos da pandemia no país.¹

O isolamento social, nos diversos graus possíveis, a depender do nível de gravidade da pandemia, tem sido a resposta mais eficaz a tal situação, defendida pelas autoridades sanitárias de todo o mundo e adotada pela imensa maioria dos governos mundiais na tentativa de reduzir exponencialmente o nível de letalidade. Essa medida demanda a paralisação de atividades que levam a aglomerações sociais, tais como: aulas presenciais em escolas e universidades, eventos culturais e o fechamento de atividades econômicas não essenciais.² A redução da movimentação de pessoas nos centros urbanos afeta a renda de milhões de pessoas, especialmente os que trabalham no comércio e trabalhadores informais.

Para além do problema sanitário, a nova doença reflete consequências sociais graves, com acentuação da miséria e da fome. Cada vez mais fica evidente que as piores consequências dessa pandemia estão ocorrendo nas pessoas que já estavam em risco e em situação de vulnerabilidade antes de o vírus surgir no país, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.³

O surgimento da pandemia do novo coronavírus emerge em um contexto em que a fome atinge mais de 820 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de uma em cada nove pessoas no mundo.⁴ No Brasil, a Covid-19 chegou em um momento de desmonte das políticas públicas (do sistema de saúde, de segurança alimentar e nutricional e de proteção social, entre outras) tanto do ponto de vista orçamentário, quanto do ponto de vista institucional. Esse contexto de desmantelamento das políticas, sobretudo aquelas voltadas ao combate da fome, ou seja, as políticas de segurança alimentar e nutricional, contribui ainda mais para a situação de vulnerabilidade do brasileiro diante dessa pandemia.⁵

Dentre programas existentes na agenda pública como forma de amenizar as consequências da fome, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).⁶ Nesse sentido, a alimentação escolar brasileira cumpre um papel de proteção social, ao proporcionar a redução da fome e contribuir no crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, na aprendizagem, no rendimento escolar, bem como colaborar na formação de práticas alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos estudantes no período em que permanecem na escola.⁷

Entretanto, em decorrência dessa pandemia no Brasil, todos os estados do país e o Distrito Federal adotaram medidas de isolamento social e quarentena para combater a proliferação da doença, impactando no fechamento das escolas.² A interrupção da alimentação escolar nesse período, em que não houve uma programação ou um preparo, pode colocar muitas crianças e jovens em situação de insegurança alimentar. A política de isolamento não deve ser um limitador do acesso à alimentação escolar, uma vez que para os mais de 40 milhões de estudantes do ensino básico público beneficiados, a alimentação escolar é direito garantido na constituição federal.⁸

Desta forma, apresentamos um debate crítico sobre o direito em questão, ressaltando a análise da alimentação escolar como um potencial para manutenção da segurança alimentar de milhares de estudantes usuários do programa. Este trabalho busca problematizar, por meio de reflexões críticas, a contribuição do PNAE na garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes brasileiros no período da pandemia da Covid-19.

O PNAE no contexto da SAN

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é compreendida como

[...] o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.⁹ (p.01)

Em outras palavras, a comida pode estar disponível para compra nos mercados, mas parte da população não teria condições econômicas de adquirir alimentos no volume adequado e com a qualidade necessária para atender suas demandas nutricionais.

O contexto atual da pandemia provocada pelo novo coronavírus representa uma ameaça para SAN dos indivíduos, especialmente para os mais vulneráveis (população economicamente ativa sem emprego ou trabalhadores com ocupação precária, moradores das periferias, em particular, negros e pardos, população em situação de rua, famílias rurais com acesso precário à terra e outros recursos, comunidades quilombolas e povos indígenas).¹⁰

A disponibilidade, acesso e qualidade de alimentos é problema que requer atenção urgente. O Brasil demorou 25 anos (de 1990 até 2014) para reduzir os índices de pessoas em extrema pobreza e sair do Mapa da Fome da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).¹¹ Porém, em 2018, já enfrentava restrições de acesso a alimentos, com 13 milhões de pessoas em pobreza extrema (6,5% da população).¹² Em 2014, 73% dos domicílios brasileiros estavam em segurança alimentar.¹³ Em 2017-2018, a prevalência nacional de segurança alimentar caiu para 63,3%, alcançando seu patamar mais baixo desde o início das medições.¹⁴ Para agravar a situação, estima-se uma redução para 49% de domicílios com segurança alimentar e nutricional.¹⁵

A insegurança alimentar e nutricional já vem crescendo no mundo e a pandemia da Covid-19 veio acelerar esse processo e colocar mais pessoas nessa situação. A insegurança alimentar e nutricional afeta de forma desigual os diferentes segmentos da sociedade e é determinada por fatores econômicos, políticos, ambientais, educacionais, entre outros.¹⁶ A complexidade desse fenômeno, elemento fundamental da questão alimentar no contexto contemporâneo, exige políticas públicas articuladas e convergentes entre os setores e instâncias de diálogo que superem as barreiras das políticas setoriais.¹⁷

Cabe destacar que o direito à alimentação é produto das lutas sociais, da ação de minorias, que propiciaram que a fome fosse debatida e seu enfrentamento se tornasse uma obrigação social.¹⁸ No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, foi implantado o Programa Nacional de Alimentação Escolar, criado em 1954, em caráter assistencialista e num contexto de programas de combate à desnutrição, com a conotação de um programa de suplementação alimentar para estudantes de baixa renda.¹⁹ Além do fato de ter sido implementado, sob os interesses da indústria de alimentos, inicialmente, servindo de escoamento dos excedentes da produção americana e, em seguida, com forte ligação com a indústria de alimentos brasileira.

Nos anos 90, a alimentação escolar foi descentralizada, e o governo federal transferiu os recursos aos estados e municípios para a compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, com o intuito de adequar a alimentação servida aos hábitos alimentares dos escolares.²⁰ Tal descentralização propiciou o atendimento das demandas locais, impulsionando a agricultura familiar e proporcionando alimentação de qualidade e adequada a cultura e hábitos alimentares dos estudantes.²¹ Em 2009, a publicação da Lei do PNAE,⁷ marcada pela vinculação com a agricultura familiar, determinou que no mínimo 30% dos recursos

financeiros do PNAE repassados às entidades executoras deveriam ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Atuando de forma intersetorial, o Programa se afastou do caráter assistencialista que pautou sua criação, assegurando o direito à alimentação de todos os estudantes da educação básica pública, repercutindo na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Contudo, apenas em 2010 o Brasil incluiu a alimentação como um direito social, estabelecido no art. 6º da Constituição Federal Brasileira, após a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. O poder público deve adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).²²

Ressalta-se a importância da participação ativa do Estado no apoio das políticas públicas de proteção das pessoas que vivem em insegurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, a alimentação escolar é um dos eixos das políticas públicas específicas destinadas a promover a Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo no combate à fome e à miséria.²³ O PNAE é um exemplo de política pública que teve seu crescimento por governança e comprometimento, especialmente nos últimos 15 anos, tornando-se uma política de Estado.

Dessa forma, é notável a importância de uma política pública como o PNAE continuar operando nesse período de pandemia enquanto um programa de garantia de direitos e universal, que atende a todos os estudantes da rede pública brasileira. No momento de suspensão de aulas, o direito à alimentação a todos os estudantes deve ser atendido nas escolas públicas, para a correta execução do PNAE neste momento excepcional.

O PNAE durante a pandemia de Covid-19

O PNAE é um programa que tem sua Lei de 2009⁷ com um arcabouço de articulação com agricultura familiar e com efeitos para além da escola. Existe a facilidade constitucional de estados, municípios e união trabalhando com uma gestão autônoma com independência financeira. Essa é uma política referência mundial em alimentação escolar, da qual outros países tiram lições.²⁴ O Brasil é o único país que atende a todos os estudantes da escola pública de forma universal: são 40 milhões de estudantes recebendo 50 milhões de refeições por dia e um investimento de 4 bilhões de reais no ano.²⁵

Contudo, nesse período de pandemia as políticas públicas precisam ser reorganizadas, e o PNAE também precisou ser reorganizado. Desta forma, o PNAE apresentou mudanças na sua legislação como resposta às adaptações na sua forma operacionalização e manutenção da SAN dos usuários. Para manter a política de isolamento e os estudantes em casa com menores prejuízos à alimentação, apenas depois de quase um mês de fechamento das escolas, o Governo Federal sancionou a Lei 13.987/2020.²⁶

Essa legislação acrescentou o art. 21-A na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009,⁶ reconhecida como o marco legal da alimentação escolar no país. Esse novo artigo autorizou, em caráter excepcional, no período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, que estados e municípios distribuíssem gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica,²⁶ com a seguinte redação:

Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos

pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae.

Com essa nova Lei,²⁶ que permite o redirecionamento dos gêneros alimentícios das escolas para as famílias das crianças e adolescentes matriculados em instituições de ensino públicas, o Ministério da Educação publicou a Resolução CD/FNDE nº 2/2020, de 9 de abril de 2020, com as diretrizes sobre a forma como o redirecionamento dos alimentos deveria ser feito pelas Entidades Executoras do Programa.²⁷

Para além da normatização, o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal com a prerrogativa de gerenciar o PNAE em âmbito nacional, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, produziram e divulgaram um manual com orientações para a execução do PNAE durante a pandemia.²⁸ O material trata da organização necessária para que os gêneros alimentícios sejam distribuídos às famílias dos estudantes matriculados na rede pública de ensino.

As entidades executoras locais têm realizado estratégias para a continuidade do programa, sendo na forma de distribuição de *kit* de alimentos ou refeições e/ou a transferência dos recursos financeiros para as famílias das crianças e adolescentes ausentes da escola. A iniciativa é significativa, uma vez que garante a manutenção da distribuição dos alimentos para as famílias dos estudantes, protegendo da insegurança alimentar e nutricional. Entretanto, algumas limitações precisam ser refletidas nesse processo, quanto à quantidade e à qualidade nutricional dos gêneros alimentícios distribuídos por estados e municípios ou adquiridos pelas famílias dos estudantes.

Os *kits* de alimentos devem ser definidos pela equipe de nutrição e conter a quantidade adequada à faixa etária, de acordo com o período em que o estudante estaria sendo atendido na unidade. Porém, ao ser entregue à família, provavelmente esses alimentos serão compartilhados, o que reduzirá a quantidade de alimentos ingerida pelos escolares.²⁸ Dessa forma, sugere-se que essa ação do PNAE esteja aliada a outras ações do governo, tais como transferência de renda, que repercutam no cuidado às outras pessoas da família, sob o risco da abrangência do PNAE ser dissipada no contexto da pandemia.

A outra situação a ser refletida é quanto à qualidade nutricional desses *kits* de alimentos. A normatização atual do PNAE²⁹ estabelece que produtos alimentícios oferecidos devem estar baseados em alimentos *in natura* ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, além de se pautar na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável. Para o período de pandemia, o FNDE teve o cuidado de ressaltar nas normativas que os *kits* devem seguir as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional, bem como a manutenção do fornecimento de frutas e de hortaliças *in natura* e a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.²⁷ Porém, no contexto da pandemia, é ainda mais necessário o estímulo do FNDE quanto à prática dessa orientação por estados e municípios. O PNAE é um elemento de fortalecimento e garantia de renda para os agricultores familiares, além de promover uma alimentação adequada e saudável para os estudantes em suas casas. A articulação entre as políticas de educação e de agricultura para entrega dos *kits* de alimentos para os estudantes é uma estratégia importante para reduzir os impactos negativos da pandemia tanto na alimentação escolar quanto na agricultura familiar.

Outro aspecto que deve ser problematizado é quanto às entidades executoras que optaram por realizar o repasse de verba própria para as famílias dos estudantes adquirirem os alimentos. Nesse caso de transferência da responsabilidade da compra de alimentos para família, torna-se um desafio garantir a

qualidade nutricional dos alimentos que serão adquiridos, além de suprimir a possibilidade da venda da agricultura familiar para o programa. É preciso considerar, ainda, as dificuldades que a família pode enfrentar em receber o benefício e preparar a comida. Dessa forma, entendemos a necessidade do monitoramento dessas ações. O estudo de Reis e colaboradores³⁰ propõe um modelo de monitoramento dos benefícios do auxílio financeiro recebidos pelos estudantes durante a pandemia de Covid-19, por meio de *checklist* para compreender o estado nutricional aplicado pelo agente comunitário de saúde da família com recurso da tele saúde.

Esse período de pandemia tem sido um grande desafio tanto para os gestores da esfera federal quanto para os municipais e estaduais que estão na execução do PNAE. Mesmo com todas as dificuldades da pandemia, o PNAE tem apresentado respostas rápidas de adaptações em sua política.

É importante frisar que a legislação²⁶ do PNAE para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 não é exigência, e sim uma recomendação aos gestores municipais e estaduais, muito embora o programa tenha caráter universal. Dessa forma, a esfera federal, juntamente com a sociedade civil organizada, deve mobilizar para que esses gestores realizem as inovações necessárias e venham a aderir a essa lei, operacionalizando o acesso desses alimentos para 100% das famílias dos estudantes, reduzindo o impacto da insegurança alimentar e nutricional e trazendo auxílio para as famílias mais vulneráveis que não podem adquirir outro tipo de alimentação.

A política pública do PNAE⁷ é desenhada para suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais dos estudantes no dia. Se o gestor não fornece esses alimentos, está havendo uma supressão aos estudantes da possibilidade e do direito a pelo menos estes 20% das necessidades nutricionais. Além disso, esses alimentos de qualidade nutricional reconhecida, tais como frutas, verduras e legumes, ao chegar nas residências dos estudantes também podem contribuir para a formação dos hábitos alimentares saudáveis de toda a sua família.

Para além da operacionalização no período da pandemia, estratégias devem ser implementadas após o retorno das aulas. O estudo de Amorim e colaboradores³¹ sugere as seguintes estratégias: levantamento da insegurança alimentar dos estudantes, manutenção da equidade da política por meio da ampliação do valor do repasse para municípios com Índice de Desenvolvimento Humano baixo e muito baixo, além de atendimento dos escolares de famílias em insegurança alimentar durante as férias e o recesso escolar.

Neste momento, após cerca de seis meses de medidas de isolamento, que resultou na suspensão temporária das aulas no país, há sinalização de retorno gradual de atividades presenciais em escolas de alguns estados e municípios. Dessa forma, a alimentação escolar deve ser realizada com rigor sanitário necessário, empregando medidas de prevenção, controle e contenção de riscos e agravos à saúde pública, visando minimizar o risco de transmissão da Covid-19 para a comunidade escolar. Para auxiliar nesse aspecto, o FNDE publicou um documento com recomendações técnicas para execução das atividades do PNAE.³²

Considerando o contexto da pandemia, a atuação do controle social será ainda mais importante, especialmente no que tange à fiscalização da qualidade da alimentação, das condições estruturais e sanitárias das cozinhas escolares. Além disso, a realização de monitoramento, avaliação e apoio técnico do FNDE e dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) às entidades executoras será fundamental para zelar pela concretização da segurança alimentar dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

Por fim, reforça-se a importância do papel do Estado como protagonista do combate à fome e da redução da miséria no país de forma estrutural, assumindo o fortalecimento das políticas sociais já

existentes. O PNAE apresenta diversas potências nos programas existentes na agenda pública como forma de amenizar as consequências da fome, sugerindo-se também adaptações em sua implantação no contexto da pandemia. É preciso que a garantia do direito à alimentação adequada continue para toda população, especialmente os mais impactados diante da pandemia da Covid-19. A fome é hoje! É urgente e não pode esperar!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de alimentação escolar brasileiro é fruto de lutas pelo direito à alimentação adequada e é uma política que auxilia não somente com a SAN, mas também contribui com o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis de seus milhares de estudantes.

Reforçamos a importância da sociedade civil organizada em defesa das políticas públicas de SAN, em especial no apoio ao PNAE, bem como no papel do Estado como protagonista do combate à fome e redução da miséria no país, assumindo o fortalecimento das políticas sociais existentes. Sendo assim, políticas de fomento à alimentação escolar devem ser promovidas com urgência.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization (WHO). Coronavirus disease (COVID-2019) situation report 121. Geneva: World Health Organization; 2020.
2. Ministério da Saúde. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União; 2020.
3. Sipioni, ME; Riquieri, MRL; Barbosa, JPM; Biscotto, DB; Sarti, TD; Andrade, MAC. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil; 2020. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.660>
4. FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome: FAO; 2019. [Acesso: 19 Jun 2020]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>.
5. Comissão Organizadora da I Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus; 2020. [Acesso: 19 Jun 2020]. Disponível em: <http://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2020/03/2020-recomendacoes-sobre-direito-alimentacao-no-contexto-da-covid-2.pdf>.
6. Valente, FLS. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. Saúde e sociedade. 2003;12(1),51-60. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100008>.
7. Brasil. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União; 2009;
8. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.
9. Brasil. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União; 2006.
10. Maluf RS. Tempos sombrios de pandemia e fome. Secur. Aliment. Nutr. 2020;27,1-5. <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8659993>
11. Fome Zero: Uma História Brasileira. Organizadora: Adriana Veiga Aranha.- Brasília, DF: Ministério Zero, v.1, 2010. 190 p.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2019. R. Janeiro, IBGE, 2019.
13. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Segurança alimentar. Rio de Janeiro, IBGE, 2014.
14. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
15. Sousa LRM, Segall-Corrêa AM, Saint Ville A, Melgar-Quiñonez H. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. Cadernos Saúde Pública. 2019;35(7),1-13. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00084118>

16. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Nutrition and food systems. Rome: High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition, Committee on World Food Security; 2017.
17. Lang T, Barling D, Caraher M. Food politics: integrating health, environment and society. Oxford: Oxford University Press. 2009.
18. Rocha, EG. Direito à alimentação, estado democrático de direito e participação popular. Saúde em Debate. 2010; 34(84), 67-77.
19. Rodrigues, P. O programa nacional de alimentação escolar: história e modalidades de gestão. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE. 2013; 29(1). <https://doi.org/10.21573/vol29n12013.42826>
20. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2. ed. atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. [Acesso: 20 Jun 2020] Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf.
21. Turpin, ME. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. Segurança Alimentar e Nutricional. 2009;16(2),20-42. <https://doi.org/10.20396/san.v16i2.8634783>
22. Brasil. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2010; 26 ago.
23. Valente, FLS. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. Saúde e sociedade. 2003;12(1),51-60. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100008>.
24. Hawkes C, Brazil BG, de Castro IRR, Jaime PC. How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. Revista de Saúde Pública. 2016;50(47). <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006506>.
25. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Balanço do MEC 2019. [Acesso: 23 Jun 2020]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/Balanco-MEC-2019.pdf>.
26. Brasil. Presidência da República. Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União 2020; 07 Abr.
27. Brasil. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020, dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública. Diário oficial. 2020. 9, abril.
28. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação. Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; 2020.
29. Ministério da Educação. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União. 2020; 08 Maio.
30. Reis, ACB; Castilho, ML; Mariano, APM; Bias, ES. Brazilian school feeding during the COVID-19 pandemic. 2020. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.79>.
31. Amorim, ALB de; Ribeiro Junior, JRS; Bandoni, DH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após o Covid-19. Revista de Administração Pública. 2020. [Acesso: 30 Jun 2020]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81770>.
32. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos. Brasília: Ministério da Educação; 2020.

Colaboradoras

Bicalho D conceituou, projetou, coletou informações e dados, forneceu uma descrição do cenário e elaborou o estudo; Lima TM coletou informações e dados, elaborou o estudo e revisou o artigo. Os autores aprovaram a versão final do manuscrito.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 01 de julho de 2020

Aceito: 16 de outubro de 2020